

RELATÓRIO DE AUDITORIA

MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL – PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E
INDICADORES PARA PLANTAÇÕES FLORESTAIS.

PADRÃO NORMATIVO: NBR 14.789: 2012 - CERFLOR

EMPRESA AUDITADA: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL

ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO:

“Manejo de Florestas plantadas nos municípios de: Aguaí, Agudos, Itapira,
Mogi Guaçu, Mococa, Paulistania e São Pedro”.

Data: de 22/06/2015 a 26/06/2015

AUDITORIA DE AUMENTO DE ESCOPO

Pedro José da Silveira Júnior

Auditor Líder

Bureau Veritas Certification

Praça Pio X, 17 – 8º andar

RIO DE JANEIRO/RJ – BRASIL



SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RESUMO	5
1. INFORMAÇÕES GERAIS	6
1.1 Histórico da organização	6
1.3 Contatos na Organização para o processo de Certificação	6
1.4 Localização e Distribuição de Terras de Florestas Plantadas	6
1.5 Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais	6
2. Manejo Florestal	7
2.1 Características Regionais	7
2.1.1. Biomas e Ecossistemas presentes	7
2.1.2. Geologia	7
2.1.3 Clima	7
2.1.4. Recursos Hídricos Disponíveis	8
2.1.5. Identificação de Vestígios Arqueológicos e Paleontológicos	8
2.1.6. Unidades de Conservação e Locais de Interesse Comunitário	8
2.1.7. Perfil e Condições Sócio-econômicas das Áreas adjacentes	8
2.2 Programas Sócio-ambientais e de Relacionamento	8
3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO	9
3.1 Norma ou Padrão Normativo utilizado para avaliação	9
3.2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação	11
3.3. Responsável pelo OCF	12
3.4. Descrição do Processo de Auditoria	12
3.4.1 Definição da Equipe de Auditoria	13
3.4.2. Planejamento de Reuniões Públicas	13



3.4.3 Planejamento e Realização da Auditoria	14
3.5 Relatório Detalhado	15
3.5.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal	16
3.5.2. Relatório Detalhado – Evidências da Equipe de Auditoria	17
3.5.3. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:	17
3.6 Não Conformidades Registradas	17
3.7. Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas	18
4. CONSULTAS PÚBLICAS	18
4.2. Reuniões Públicas	18
4.2.1. Planejamento, Objetivo e Realização de Reuniões Públicas	18
4.2.2. Entidades e pessoas contatadas	20
4.2.3. Relação dos Participantes nas Reuniões Públicas	20
4.2.4. Respostas aos Questionamentos de Partes Interessadas por parte da Empresa e parecer Bureau Veritas Certification	20
A. AUDITORIA DE FOLLOW-UP	23
A.1. Informações Gerais	23
A.2. Equipe de Auditoria	23
A.3. Descrição do programa de Auditoria	23
A.4. Avaliação das ações corretivas apresentadas para as não conformidades registradas	23
6. CONCLUSÃO FINAL	24
7. ANEXOS	25
7.1. ANEXO I: Carta Convite de Reunião Pública e Questionário enviado às partes interessadas	25
7.2. ANEXO II: Pareceres de revisores técnicos	25
7.3. ANEXO III: Outros documentos pertinentes	25
I. PRIMEIRA AUDITORIA DE MANUTENÇÃO	26
1. Planejamento e Realização da 1ª Auditoria de Manutenção	26



2. Equipe de Auditoria	26
2. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:	26
3. Alterações no Escopo do Certificado.	27
5. Processos Auditados	27
4. Relatório Detalhado – Evidências da Equipe de Auditoria	27
5. Não Conformidades Registradas	27
6. Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas	28
7. Conclusão da 1ª Manutenção	29



RESUMO

O Bureau Veritas Certification (BVC) é um organismo de certificação reconhecido pelo INMETRO, que atua como organismo acreditador e é atualmente responsável por executar os procedimentos de auditorias anuais pelos próximos 05 anos na empresa International Paper do Brasil. Essas auditorias são feitas para avaliar as atividades relacionadas ao à gestão florestal de acordo com os Princípios e Critérios do CERFLOR, NBR 14.789:2012.

A empresa International Paper produz papéis cortados, linha gráfica e celulose.

Foram visitadas fazendas fazem parte do sistema de parceria florestal da empresa. O escopo de inclusão para certificação compreende 5.157,00 ha de área total e 2.601,80 ha de efetivo plantio (eucaliptus), em 09 (nove) Unidades de Manejo Florestal (fazendas).

As auditorias feitas pelos auditores do BV durante os dias 22/06/2015 e 26/06/2015, basearam-se na adaptação do Padrão Normativo *NBR 14.789:2012 – Manejo Florestal Sustentável–Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais* conhecido como *CERFLOR*, elaborado pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A equipe de auditoria avaliou todos os requisitos do padrão e constatou que a empresa International Paper atende às exigências em suas unidades de gestão. Não foram registradas Não Conformidades, o sistema de gestão está sendo implementado de forma adequada nas áreas cobertas pelo escopo do certificado.

Este relatório apresenta as observações dos auditores coletadas durante as avaliações de campo, bem como os resultados da consulta pública.



1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Histórico da organização

Identificação da Organização e das Unidades de Manejo Florestal objeto da Certificação

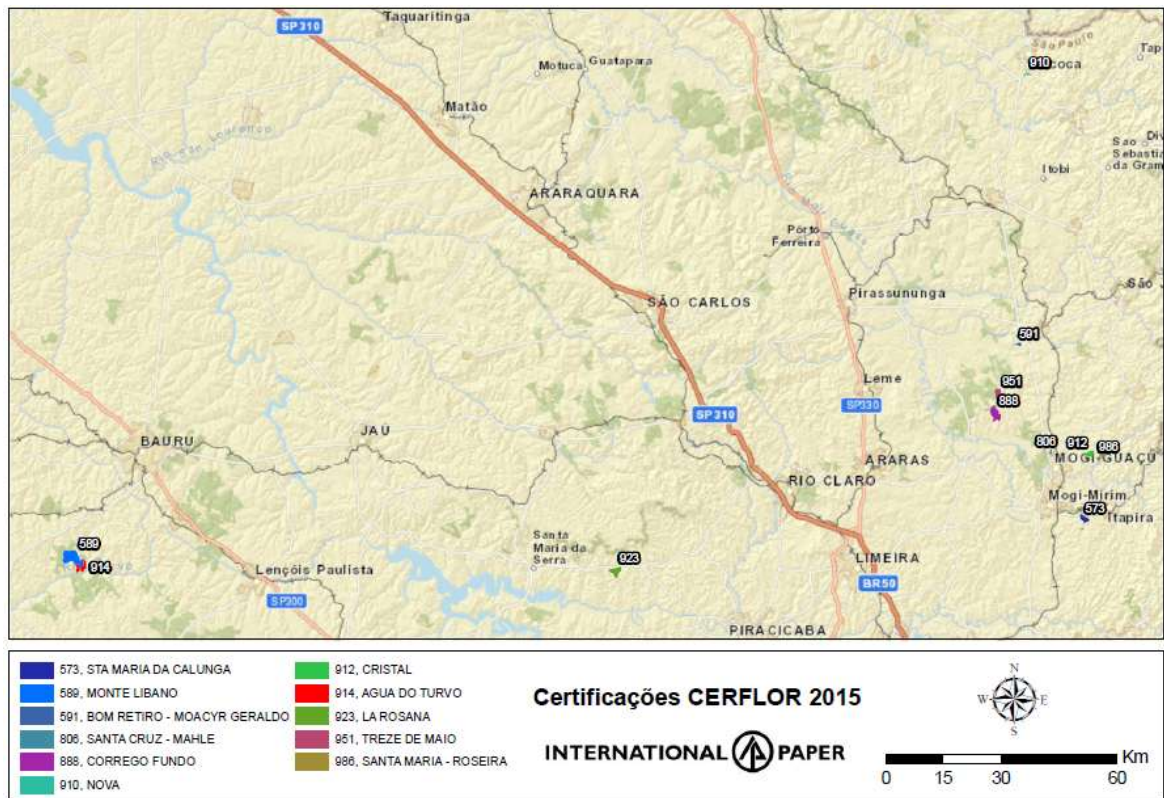
A International Paper conta com aproximadamente 101.000 ha de terras próprias certificadas no escopo do Cerflor. Com a finalidade de aumentar o percentual de fibras certificadas e garantir o percentual de 70% de material certificado a empresa optou por incluir áreas arrendadas no sistema de parceria em seu escopo de certificação. Estas propriedades de terceiros são vinculadas à empresa através de um contrato de parceria com os proprietários. O escopo de inclusão para certificação compreende 5.157,00 ha de área total e 2.601,80 ha de efetivo plantio (eucaliptus), em 09 (nove) Unidades de Manejo Florestal (fazendas). O manejo florestal destas propriedades seguem as diretrizes estabelecidas pela International Paper em seu Plano de Manejo Florestal. Todas as atividades de campo desenvolvidas nestas áreas no período de contrato (implantação, manutenção, colheita e transporte) são de responsabilidade da empresa.

1.2 Contatos na Organização para o processo de Certificação

Nome do RD: Miguel Magela Diniz

Endereço de contato e Escritório Central: Rodovia SP 340, Km 171, Mogi Guaçu, SP.
CEP: 13845-901. Telefone: 19-3961-8133

1.3 Localização e Distribuição de Terras de Florestas Plantadas



1.4 Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais

Área total auditada: 5.157,00 **ha**, nas quais:

- Áreas de Manejo Florestal de terceiros: 5.157,00 **ha**
- Áreas produtivas: 2601,80 **ha**
 - Plantadas: 2349,80 **ha**
 - Condução da Regeneração: 251, 97 **ha**
- Áreas destinadas à conservação/preservação (não comerciais):
 - APP : 335,10 **ha**
 - Reserva Legal: 1136,60 **ha**
 - Produção de Produtos Florestais Não Madeiros: não
 - Outros: 421,67 **ha**
 - Áreas Naturais Protegidas: Não



2. Manejo Florestal

Descrição das Áreas Manejadas e seus Processos

As propriedades a serem incluídas no manejo de florestas plantadas da empresa se localizam nos municípios de: Aguaí, Agudos, Itapira, Mogi Guaçu, Mococa, Paulistânia e São Pedro. O manejo florestal destas propriedades seguem as diretrizes estabelecidas pela International Paper em seu Plano de Manejo Florestal. Todas as atividades de campo desenvolvidas nestas áreas no período de contrato (implantação, manutenção, colheita e transporte) são de responsabilidade da empresa.

Recursos Florestais

A área total destas dez propriedades soma 5.157,00 ha dos quais 2.601,80 ha são plantios de eucalipto. As áreas destinadas à conservação/preservação (não comerciais) totalizam 335,10 ha de áreas de preservação permanente e 1136,60 ha de Reserva Legal.

Situação Fundiária

A International Paper firmou contrato de parceria com os proprietários destas áreas e mantém cópias das matrículas imobiliárias devidamente registradas nos cartórios de registro de imóveis dos municípios onde se localizam estas propriedades.

2.1 Características Regionais

2.1.1. Biomas e Ecossistemas presentes

As propriedades objeto de inclusão no escopo de certificação da empresa localizam-se em zona de transição dos biomas brasileiros Cerrado e Mata Atlântica, segundo o mapa da vegetação brasileira do IBGE.

De acordo com a predominância de características do ambiente físico, ocorre a distinção dos ecossistemas associados a estes biomas, a exemplo das matas ciliares e florestas paludosas. A disposição dos fragmentos existentes nestas propriedades é caracterizada em mapas onde estão dispostas as áreas de preservação permanente e reserva legal.



2.1.2. Geologia

A maior parte dos solos presentes nestas propriedades é classificada como Neossolos Quartzarênicos, anteriormente designados por Areias Quartzosas; Latossolos, estes com maior variação em sua composição textural e outras classes de solos como podzólicos, cambissolos e hidromórficos.

Os solos destinados ao cultivo de eucalipto nestas regiões são profundos, apresentando boa drenagem e aeração. São solos ácidos com reduzida soma de bases trocáveis.

O relevo plano ou suave ondulado em que estes solos ocorrem permite facilmente a mecanização. Em áreas de relevo ondulado estes solos podem apresentar predisposição à erosão. Para tanto a IP possui procedimentos operacionais visando o controle dos impactos ambientais.

2.1.3 Clima

O clima da região apresenta características que o incluem no tipo Cwa da classificação de Koeppen, ou seja, clima úmido quente, com influência de inverno seco. A temperatura média do mês mais frio é inferior a 18°C, ao passo que a do mês mais quente ultrapassa 22°C. O índice médio anual de chuvas está em torno de 1300 mm, sendo que no período mais seco, de abril à setembro, não ultrapassa 300 mm.

2.1.4. Recursos Hídricos Disponíveis

O sistema hidrográfico nestas propriedades é identificado e o acesso a esta informação é obtido nos mapas de cada propriedade florestal, elaborado pela empresa. Uma vez identificados são estabelecidos os limites das áreas de preservação permanente, com vistas à conservação dos recursos hídricos.

2.1.5. Identificação de Vestígios Arqueológicos e Paleontológicos

Existe o procedimento de identificação e registro da empresa, porém não foram identificadas áreas com estas características nestas fazendas.

2.1.6. Unidades de Conservação e Locais de Interesse Comunitário

Não foram identificadas unidades de conservação ou locais de interesse comunitário nas adjacências destas propriedades.

2.1.7. Perfil e Condições Sócio-econômicas das Áreas adjacentes



Toda a região noroeste do estado de São Paulo tem vocação agrícola onde são desenvolvidas atividades relacionadas ao agro-negócio. As principais culturas são cana de açúcar, citrus e hortaliças, dentre outras. A eucaliptocultura também é uma atividade econômica amplamente difundida na região. As atividades citadas geram empregos e contribuem para a melhoria da renda das famílias envolvidas.

2.2 Programas Sócio-ambientais e de Relacionamento

Todos os programas de natureza sócio-ambiental com foco nas operações florestais da empresa são desenvolvidos pela própria IP e estendidos às áreas de parceria. Como exemplo, citamos os projetos Apicultura, Guardiões do Verde e Formare.



3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

3.1 Norma ou Padrão Normativo utilizado para avaliação

O processo de avaliação foi efetuado com base no Escopo de Certificação descrito acima, conforme o Padrão Normativo **NBR 14.789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais** conhecido como **CERFLOR**, elaborado pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – é uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos, reconhecida pelo Conmetro como Fórum Nacional de Normalização. A ABNT é o organismo responsável pelo processo de elaboração e revisão das normas do Programa Cerflor.

As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e partes interessadas (universidades, laboratórios, organizações não governamentais e outros). Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos ABNT/CB e ABNT/NOS, circulam para Consulta Pública entre os associados da ABNT e demais interessados.

A Norma **NBR 14.789:2012** foi elaborada pela Comissão de Estudo Especial Temporária (CEET) de Manejo Florestal, formada por especialistas brasileiros representantes dos setores envolvidos. A revisão de 2012 da norma circulou em consulta nacional durante o ano de 2011 e 2012. Esta edição cancela e substitui a edição anterior de 2007.

O Padrão Normativo aqui utilizado faz parte do Sistema Brasileiro de Certificação, em que o INMETRO estabelece as regras para o processo de Certificação.

Em 19 de outubro de 2005 o CERFLOR passou a ser reconhecido pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC). O PEFC é um conselho sem fins lucrativos, que atua de forma independente, tendo sido fundado em 1999 com o objetivo de promover o manejo florestal sustentável em todo o mundo.



Atualmente conta com 25 sistemas de certificação florestal reconhecidos que passaram por avaliações técnicas. No Brasil o reconhecimento se deu por intermédio do INMETRO, que atua como organismo acreditador, estabelecendo regras específicas para o sistema de certificação do CERFLOR. Maiores informações podem ser obtidas pelo website www.pefc.org.

O CERFLOR contempla um conjunto de princípios, critérios e indicadores, incluindo requisitos ambientais e sociais, a serem atendidos pela organização auditada. No processo de avaliação todos os requisitos normativos são verificados nas unidades de manejo, objeto da certificação.

São ao todo 05 (cinco) Princípios, relacionados às atividades de manejo florestal, como indicado a seguir:

Princípio 1: Cumprimento da Legislação;

Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade;

Princípio 3: Zelo pela diversidade biológica;

Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar;

Princípio 5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.

Os princípios estabelecidos nesta norma constituem a referência para o manejo florestal.

De acordo com o estabelecido no próprio padrão normativo NBR 14789:2012, destacamos que:

“Os princípios são desdobrados em critérios, que são a expressão dos requisitos que descrevem os estados ou dinâmicas de um ecossistema florestal e do sistema social a ele associado”.

“A verificação do cumprimento de cada critério é estabelecida mediante a avaliação do atendimento de um conjunto de indicadores específicos, que podem ser quantitativos ou qualitativos”.

“Dependendo da localização e da finalidade da unidade de manejo florestal, nem todos os indicadores serão aplicáveis. Contudo será sempre necessário avaliar todos aqueles pertinentes à situação local”.



3.2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC) está credenciado pelo INMETRO para realização de certificações de manejo de florestas plantadas com base na norma NBR 14789:2012, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo credenciador.

O objetivo do BVC é realizar serviços de certificação com alta credibilidade, sendo este o motivo pelo qual optou em realizar tais certificações de acordo com os requisitos do Sistema Brasileiro de Certificação.

Dados para Contato

Escritório São Paulo:

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr. Lucia Nunes: Certification Technical Manager

Av. do Café 277 – Torre B – 5º andar

04311-000 SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: lucia,nunes@br.bureauveritas.com



3.3. Responsável pelo OCF

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr Luiz Carlos Martins (Diretor de Certificação)

Av. do Café 277 – Torre B – 5º andar

04311-000 SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: luiz-carlos.martins@br.bureauveritas.com

3.4. Descrição do Processo de Auditoria

O processo de auditoria de certificação do CERFLOR compreende:

- Planejamento inicial da auditoria;
- Planejamento e realização das reuniões públicas;
- Definição da equipe de auditoria;
- Avaliação documental quanto ao atendimento do CERFLOR;
- Avaliações de campo quanto ao atendimento do CERFLOR;
- Emissão e publicação do relatório de auditoria;
- Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (caso pertinente);
- Apreciação do processo de auditoria por parte da Comissão de Certificação;
- Emissão de relatório final após avaliação de ações corretivas (caso pertinente) e demais questões pertinentes.



Adicionalmente em uma auditoria de certificação deve ser realizada uma auditoria inicial (de 1ª fase), com o objetivo de avaliar o plano de manejo, a legalização das unidades de manejo e demais documentações requeridas pela NBR 14789.

Em função da certificação mantida ao longo de 5 anos pela empresa para as áreas auditadas (mesmo escopo de certificação), consideramos não necessária a realização desta auditoria inicial.

3.4.1 Definição da Equipe de Auditoria

A seguinte equipe foi designada para a realização desta auditoria:

Nome	Função na Equipe	Formação Acadêmica
Pedro José da Silveira Jr.	Auditor líder	Engenheiro Florestal

3.4.2. Planejamento de Reuniões Públicas

As reuniões públicas têm como objetivo identificar recomendações, questionamentos, denúncias e demais demandas das partes interessadas, referentes aos princípios do CERFLOR, permitindo ao Bureau Veritas Certification avaliar, durante o processo de auditoria, as questões relevantes registradas.

É importante esclarecer que a empresa auditada não participa ativamente das reuniões em função do objetivo destas.

Foram realizadas duas reuniões públicas conduzidas pelos membros da equipe de auditoria.



A escolha dos municípios foi feita em função da representatividade regional destes, considerando ainda as atividades da empresa auditada, facilidade de acesso e existência de instalações adequadas para a realização das reuniões.

Os municípios escolhidos foram: Brotas e Mogi Guaçu em São Paulo, nas datas 16 e 17/06/2015.

A documentação gerada no planejamento e realização das reuniões públicas compreende: convites emitidos, questionários de consulta pública preenchidos por partes interessadas, listas de presença nas reuniões públicas e Questionamento de partes interessadas. Todos estes registros estão mantidos pelo Bureau Veritas Certification como parte do processo de auditoria da empresa.

Os questionamentos pertinentes, gerados nas reuniões públicas, foram inseridos neste relatório, contemplando as respostas da empresa, assim como avaliação por parte do Bureau Veritas Certification. É importante ressaltar que apenas questões relacionadas aos Princípios do CERFLOR foram contempladas neste relatório.

3.4.3 Planejamento e Realização da Auditoria

De acordo com o Escopo de Certificação pretendida, foram executadas as seguintes atividades: análise de documentação, verificações em campo, entrevistas com colaboradores da empresa, prestadores de serviços e partes interessadas.

Foi também avaliado o parecer da empresa sobre os questionamentos, recomendações e comentários das partes interessadas, enviados através de questionários específicos do CERFLOR e identificados nas Reuniões Públicas, referentes ao manejo florestal da empresa frente os critérios do CERFLOR.

Como todo o processo de Auditoria, as avaliações ocorreram conforme plano de auditoria estabelecido previamente, considerando o tamanho e complexidade das atividades da empresa e caráter amostral de um processo de auditoria:



PLANO DE AUDITORIA INTERNATIONAL PAPER 2015 - AUDITORIA DE EXTENSÃO DE ESCOPO NBR 14789.

DIA/AUDITOR	PEDRO SILVEIRA				
15/06 segunda cedo	Delocamento para Campinas e Mogi Guaçu				
15/06 segunda manhã	Reunião de Abertura às 10:00hrs PRINCIPIO 1: critério 1.1 (Legislação/documentação/licenças); critério 1.2 (comunidades locais); critério 1.3 (Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias)				ATIVIDADES FLORESTAIS: Silvicultura: preparo de solo, adubação, plantio, combate a formigas, roçada, etc... Colheita: Própria, terceiros, mecanizada, manual, transporte e estradas.
15/06 segunda tarde	PRINCIPIO 2: critério 2.1 (Aspectos e impactos ambientais); critério 2.2 (Plano de manejo); critério 2.3 (implementação do manejo); critério 2.4 (Fluxo do produto florestal)				
16/06 terça manhã	Atividades Florestais: Silvicultura (preparo de solo, plantio, manutenção)				
16/06 terça tarde	Atividades Florestais: Recuperação de áreas degradadas, APP e reserva legal.				
17/06 quarta manhã	Atividades Florestais: Colheita e transporte				
17/06 quarta tarde	PRINCIPIO 5: Critério 5.1 (Programas sociais); critério 5.2 (comunicação) RH: treinamentos				
18/06 quinta manhã	Atividades Florestais: Armazenamento e aplicação de agrotóxicos (herbicida/formicida); depósito de adubos e resíduos.				
18/06 quinta tarde	PRINCIPIO 4: critério 4.1 (planejamento); critério 4.2 (Monitoramento de recursos hídricos); critério 4.3 (agrotóxicos); critério 4.4 (resíduos)				
19/06 sexta manhã	PRINCIPIO 3: critério 3.1 (Material genético); critério 3.2 (Proteção dos ecossistemas); critério 3.3 (Pragas e doenças); critério 3.4 (Monitoramento dos ecossistemas); critério 3.5 (áreas de interesse ecológico); critério 3.6 (caça e pesca)				
19/06 sexta tarde	Análise de pendências e preparação do relatório. Reunião de Encerramento às 14:00hrs Deslocamento para Campinas e BH				



3.5 Relatório Detalhado

Esta seção demonstra as evidências coletadas pela equipe de auditoria durante o processo de avaliação. A abordagem de auditoria se deu a partir dos processos da organização, de acordo com um plano de trabalho previamente elaborado. Em cada processo auditado foi dada ênfase aos princípios e critérios do CERFLOR pertinentes, conforme demonstrado abaixo.

3.5.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal

3.5.1.1. Princípio 1

- As ações e atitudes tomadas pelo empreendimento asseguram o cumprimento das legislações Federal, Estadual e municipal aplicáveis ao manejo florestal.
- Foram auditados o setor de gestão e fiscal, sendo evidenciadas a identificação e aplicabilidade da legislação, documentos e licenças, pendências legais e pagamento de tributos pelos parceiros florestais.

3.5.1.2. Princípio 2

- A empresa demonstrou que maneja suas florestas de modo que esta atividade contribua para a conservação dos recursos naturais renováveis. Para o atendimento ao Princípio 2 foram verificados os procedimentos referentes a aspectos e impactos ambientais, plano de manejo, procedimentos documentados para as atividades de silvicultura e colheita florestal. Os parceiros florestais certificados serão inseridos nestes procedimentos.

3.5.1.3. Princípio 3

A organização demonstra manejar a plantação florestal de modo a minimizar os impactos negativos de suas atividades sobre a fauna e flora nativas. Foram coletadas evidências relacionadas à: melhoramento genético, proteção dos ecossistemas remanescentes durante as atividades, unidades de conservação, recuperação de áreas degradadas, manejo de pragas e doenças, monitoramento de ecossistemas naturais, áreas de relevante interesse ecológico e controle de caça e pesca.

3.5.1.4. Princípio 4

- A empresa demonstra que seu manejo florestal prevê e adota técnicas que consideram a conservação do solo, do ar e dos recursos hídricos. As evidências coletadas sobre o Princípio 4 foram relacionadas a procedimentos da empresa com relação à solos, recursos



hídricos e dados climáticos; uso racional de agrotóxicos, óleos e combustíveis; gerenciamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Os parceiros florestais certificados serão inseridos nestes programas.

3.5.1.5. Princípio 5

- A empresa demonstra manter uma política de relacionamento com os trabalhadores florestais e comunidades locais visando o desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere o manejo florestal. As evidências coletadas sobre o Princípio 5 foram relacionadas a programas de interesse comunitário para melhorar as condições de vida das comunidades locais e programas de divulgação e comunicação com as partes interessadas. Os parceiros florestais certificados serão inseridos nestes programas.

3.5.2. Relatório Detalhado – Evidências da Equipe de Auditoria

Fazendas visitadas:

a) Fazenda Monte Líbano/Fazenda Estrela, Paulistânia, SP: Fazendas de parceria florestal com 1.781,00ha de área total, sendo 1367,83ha de plantio de eucaliptus Urograndis com idade entre 2 e 4 anos (segundo corte). Estradas e aceiros bem conservados. Áreas de reserva e preservação permanente delimitadas em bom estado de conservação; 54,00ha destas áreas em regeneração e plantio conforme cronograma.

- Documentação das Fazendas Monte Libano/Estrela (parceria florestal):
- Contrato de parceria DCF-PA-027/2004 de 13/04/2014 e respectiva certidão de registro do imóvel
- Contrato de parceria DCF-PA-146/2002 de 12/12/2002 e respectiva certidão de registro do imóvel
- Contrato de parceria DCF-PA-205/2003 de 16/10/2003 e respectiva certidão de registro do imóvel
- Cadastro Ambiental Rural número 35007090159379 de 07/05/2015
- Recibo de entrega da declaração do ITR no INCRA para o exercício de 2014 com a respectiva guia de pagamento quitada.



b) Fazenda Kalunga, Itapira, SP: Fazenda com contrato de parceria florestal com 1.567,13ha de área total, sendo 189,00ha de plantio de eucaliptus Urograndis com idade de 4 anos (segundo corte). Áreas de reserva e preservação permanente somam 707,51ha estando delimitadas e em bom estado de conservação; Estradas e aceiros bem conservados. Em andamento o plantio de 40,29ha de espécies nativas para recomposição de áreas degradadas. Culturas de cana, café e outras são desenvolvidas também nesta propriedade.

- Documentação da Fazenda Kalunga (parceria florestal):

- Contrato de parceria DCF-PA-226/2003 de 07/01/2004 e respectiva certidão de registro do imóvel

- Cadastro Ambiental Rural número 35226040016289 de 26/09/2014

- Laudo de caracterização da área e projeto de compensação e/ou recomposição de áreas degradadas e alteradas; de setembro 2014.

- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural no INCRA para os exercícios 2010 a 2014 com a respectiva certidão negativa de débitos emitida em 27/02/2015.

c) Fazenda Córrego Fundo, Mogi Guaçu, SP: Fazenda com contrato de parceria florestal com 576,47ha de área total, sendo 370,73ha de plantio de eucaliptus Urograndis com idade de 06 anos (segundo corte). Áreas de reserva e preservação permanente somam 114,32ha estando delimitadas e em bom estado de conservação; Estradas e aceiros bem conservados. Está previsto o plantio de 52,54ha de espécies nativas para recomposição de áreas de APP e RL.

- Documentação da Fazenda Córrego Fundo (parceria florestal):

- Contrato de parceria DCF-PA-037/2001 de 03/08/2001 e respectiva certidão de registro do imóvel

- Cadastro Ambiental Rural número 35307060172698 de 02/06/2015



- Laudo de Caracterização da Vegetação da Fazenda Córrego Fundo; de setembro 2014.

- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural no INCRA para os exercícios 2010 a 2014 com a respectiva guia de pagamento quitada.

d) Fazenda Treze de Maio, Mogi Guaçu, SP: Fazenda com contrato de parceria florestal com 386,88ha de área total, sendo 336,29ha de plantio de eucaliptus Urograndis com idade de 05 anos (segundo corte). Áreas de reserva, preservação e outras áreas naturais perfazem 57,87ha estando delimitadas e em bom estado de conservação, entretanto ainda existe um déficit de 09,58 ha para compor a reserva legal; Estradas e aceiros bem conservados.

- Documentação da Fazenda Treze de Maio (parceria florestal):

- Contrato de parceria DCF-PA-012/2007 de 10/04/2007 e respectiva certidão de registro do imóvel

- Cadastro Ambiental Rural número 35307060159495 de 07/05/2015

- Laudo de Caracterização da Vegetação da Fazenda Treze de Maio; de abril de 2015.

- Recibo de entrega da declaração do ITR no INCRA para o exercício de 2014 com a respectiva guia de pagamento quitada.

*** Devido ao déficit de aproximadamente 10,00 ha para compor a reserva legal e a falta de um projeto para esta recomposição, esta propriedade foi retirada do escopo de certificação.**

Durante a auditoria não havia nenhuma atividade silvicultural sendo desenvolvida nas fazendas visitadas objeto desta inclusão de escopo. Todas as atividades silviculturais previstas (implantação, manutenção, proteção, colheita e transporte) serão realizadas pela International Paper, utilizando pessoal próprio, de acordo com os procedimentos operacionais da empresa. Em todas as fazendas visitadas observou-se placas de identificação e proibição de caça e pesca, áreas de preservação permanente e reserva legal delimitadas e conservadas, projetos de recuperação dentro dos cronogramas de



implantação, plantios em bom estado de manutenção e desenvolvimento, estradas e aceiros em boas condições de uso.

3.5.3. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:

- Gilberto Freire – técnico de segurança
- Vanderley Aparecido da Silva – líder de silvicultura
- André Vicente – líder de colheita
- Luciana Garcia – assistente florestal
- Rangel Adorno – operador de máquina florestal
- Miguel Magela – coordenador de sistemas de gestão florestal
- Mateus Peressin – especialista de fomento florestal
- Jaime Aparecido da Silva – especialista em fomento florestal
- Alberto Gasparotto – coordenador de fomento e parceria florestal

3.6 Não Conformidades Registradas

Durante a auditoria não foram registradas **Não Conformidades**.

Major NC N°	Processo	Critério	Tipo de Não Conformidade	Prazo para execução das ações corretivas	Auditor
Descrição da Não Conformidade					
Análise de Causa					
Ação Corretiva					
Status				Eficácia?:	



3.7. Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas

Durante a auditoria de inclusão de escopo foram registradas oportunidades de melhoria (OM) e Observações (OBS) que deverão ser analisadas criticamente pela empresa quanto à tomada de ações pertinentes. Estas OM e OBSs devem ser analisadas com foco em melhoria contínua dos processos realizados pela empresa no âmbito do CERFLOR. Abaixo seguem as OM e OBSs registradas:

OBS 01	Processo: Gestão Ambiental
Áreas que serão recuperadas (plantadas com espécies nativas) devem ser cercadas quando houver presença de gado na propriedade.	
OBS 02	Processo: Gestão Ambiental
Retirar alguns eucaliptos que se encontram nas bordas das áreas de reserva legal das fazendas Monte Líbano/Águas do Turvo e Kalunga.	
OBS 03	Processo: Gestão Ambiental
A International Paper deve monitorar a execução do cronograma de plantio de espécies nativas em áreas de APP e RL nas fazendas onde é previsto esta atividade.	

4. CONSULTAS PÚBLICAS

4.1. Consulta aos órgãos públicos

Como parte do processo de auditoria foi realizada convite aos seguintes órgãos públicos para participarem das reuniões públicas: CETESB Mogi Guaçu e Bauru, CATI-SP, Prefeituras Municipais de Bauru e Mogi (Secretarias de meio ambiente e agricultura), Polícia Militar Ambiental de SP.



4.2. Reuniões Públicas

4.2.1. Planejamento, Objetivo e Realização de Reuniões Públicas

Durante o processo de divulgação das reuniões públicas o Bureau Veritas Certification distribuiu um questionário de Consulta Pública que tem como objetivo levantar dados e informações oriundas de pessoas e organizações da sociedade civil para o processo de certificação do CERFLOR. Este questionário permite a pessoas físicas e jurídicas se pronunciarem a respeito da empresa de forma anônima. Por este motivo não estaremos divulgando a procedência dos formulários recebidos.

O Bureau Veritas Certification não recebeu formulários preenchidos em resposta aos formulários enviados por correio e correios eletrônicos. Observamos que o envio destes formulários é uma das formas de se expressar em relação ao desempenho da empresa, não sendo a única fonte de informações para a equipe auditora.

O objetivo das reuniões públicas foi identificar questionamentos, recomendações, denúncias e comentários das partes interessadas, referentes aos princípios do CERFLOR que foram objeto de avaliação no processo de certificação. As demandas pertinentes a respeito da empresa auditada foram registradas. As respostas foram avaliadas quanto ao seu conteúdo e verificadas durante a auditoria pela Equipe Auditora.

As perguntas que foram feitas sobre o processo de certificação ou sobre as atividades do Bureau Veritas Certification foram respondidas ao longo das reuniões.

É importante deixar claro que as reuniões públicas não contaram com a participação ativa de funcionários da empresa auditada. As reuniões públicas são conduzidas pela equipe de auditoria do BVC e buscam evidenciar, sob o ponto de vista das partes interessadas, os aspectos positivos e negativos do manejo florestal da empresa frente ao CERFLOR.

As Reuniões Públicas foram divididas em duas partes sendo na primeira apresentados os Princípios, Critérios e Indicadores da norma NBR 14789 e o processo de certificação CERFLOR, segundo as regras estabelecidas pelo INMETRO. A segunda parte das reuniões teve como objetivo o levantamento de críticas, comentários, preocupações, sugestões, etc referentes aos princípios abrangidos pelo CERFLOR.



Foram organizadas duas Reuniões Públicas nos municípios descritos abaixo:

Município	Data	Horário	No. Pessoas
Brotas, SP	16/06/2015	19:30hs	00
Mogi Guaçu, SP	17/06/2015	19:30hs	06
	TOTAL DE PARTICIPANTES		06

4.2.2. Entidades e pessoas contatadas

A lista completa das partes interessadas contatadas durante o processo de certificação está mantida como registro no BVC e não foi inserida neste relatório, mas pode ser disponibilizada mediante solicitação.

4.2.3. Relação dos Participantes nas Reuniões Públicas

As reuniões Públicas totalizaram 06 participantes de diferentes entidades governamentais e não-governamentais.

Durante as reuniões foram registrados os nomes e assinaturas dos participantes, gerando listas de presença que se encontram arquivadas sob responsabilidade do Bureau Veritas Certification. Todas as reuniões públicas foram gravadas (apenas áudio) de forma a permitir a rastreabilidade das mesmas. Estas gravações serão mantidas em mídia digital pelo BVC, que tem a responsabilidade de garantir seu sigilo e proteção.

4.2.4. Respostas aos Questionamentos de Partes Interessadas por parte da Empresa e parecer Bureau Veritas Certification.



Os questionamentos levantados durante as Reuniões Públicas foram relacionados abaixo, com as devidas respostas emitidas pela empresa.

4.2.4.1. Reunião Pública – Brotas, SP.

Partes Interessadas			Assunto	Respostas	
Nº	Data	Comentários/Questões		International Paper	BVC
		Não houve participantes ou questionamentos.			

4.2.4.2. Reunião Pública – Mogi Guaçu, SP.

Partes Interessadas			Assunto	Respostas	
Nº	Data	Comentários/Questões		International Paper	BVC
01	17/06	"Após a colheita por parte da empresa (IP) houve a ruptura da cerca da fazenda, bem como a condição da estrada ficou ruim. Tenho o conhecimento, que quando a colheita é em área própria a empresa tem maior cuidado".	Colheita	<p>A madeira utilizada no processo produtivo da Unidade Fabril da International Paper de Mogi Guaçu provém de áreas próprias e de terceiros. A responsabilidade pela colheita Florestal (eucalipto) das áreas próprias e de algumas áreas de terceiros é da International Paper.</p> <p>Entretanto, parte da madeira utilizada é proveniente de fornecedores (Madeira de Mercado) que realizam a colheita e transporte do eucalipto até a fábrica de Mogi Guaçu, sem o envolvimento direto da International Paper nesse processo.</p> <p>A Empresa disponibiliza aos vizinhos dessas áreas um "Comunicado de Operações Florestais" informando-os o período de duração dessas atividades e fornece um canal de comunicação (0800-7030070) para eventuais sugestões/reclamações. Vale ressaltar que a International Paper analisa criticamente e atende, quando há pertinência, toda e qualquer demanda gerada pelas partes interessadas.</p> <p>Com relação às estradas, devido ao tráfego de caminhões, agravado algumas vezes pela condição natural do relevo e por condições climáticas (chuvas), essas também podem</p>	A resposta emitida pela empresa foi considerada satisfatória.



Partes Interessadas			Assunto	Respostas	
N°	Data	Comentários/Questões		International Paper	BVC
				<p>sofrer danos/deformações durante o transporte de madeira, no entanto a estrada é algo crucial para o bom desempenho da nossa atividade, sendo que por isso mantemos uma estrutura de manutenção de estradas que faz esse trabalho de preparação e recuperação das estradas antes, durante e após o transporte de madeira.</p> <p>Como Vossa Senhoria não identificou a propriedade alvo da reclamação, não podemos afirmar que a colheita e o transporte florestal foram realizados pela International Paper, portanto, não podemos afirmar que os danos causados nas estradas e cercas mencionadas durante a reunião pública foram causados pela International Paper.</p>	



5. CONCLUSÃO

Em todas as fazendas visitadas observaram-se placas de identificação e proibição de caça e pesca; áreas de preservação permanente e reserva legal delimitadas e conservadas; projetos de recuperação dentro dos cronogramas de implantação; plantios em bom estado de manutenção e desenvolvimento, estradas e aceiros em boas condições de uso.

Fazenda Treze de Maio, Mogi Guaçu, SP: Fazenda com contrato de parceria florestal com 386,88ha de área total, sendo 336,29ha de plantio de eucaliptus Urograndis com idade de 05 anos (segundo corte). Devido ao déficit de aproximadamente 10,00 ha para compor a reserva legal e a falta de um projeto para esta recomposição, esta propriedade foi retirada do escopo de certificação.

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION, seguindo os procedimentos de auditoria do CERFLOR, é favorável recomendação para inclusão no escopo de certificação da International Paper as fazendas solicitadas, de acordo com o padrão normativo NBR 14789:2012.

A continuidade do processo de auditoria consiste na disponibilização deste Relatório de Auditoria para apreciação pública por 30 (trinta) dias.



6. CONCLUSÃO FINAL

Descrever conclusão final.

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION, seguindo os procedimentos de auditoria do CERFLOR, é favorável (ou não) recomendação para certificação da **xxxxxxxxxx**, de acordo com o padrão normativo NBR 14789:2012.



7. ANEXOS

7.1. ANEXO I: Lista de presença das reuniões públicas

7.2. ANEXO II: Planilha com áreas para inclusão de escopo

7.3. ANEXO III: Pareceres de revisores técnicos

